

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
Pregoeiros e Equipe de Apoio

Portaria nº 388/2023

Pregão Eletrônico nº 46/2023

Objeto: Registro de Preços para aquisição de impressoras monocromáticas a laser/led multifuncionais, com garantia *on site* descentralizada.

Abertura da Licitação: 01/12/2023 às 16h.

COMUNICADO 01/2023

Vimos pelo presente informar a exclusão/alteração das cláusulas do Anexo I – Termo de Referência, conforme abaixo:

Cláusulas excluídas

3.1.2.3. Apresentar compatibilidade eletromagnética e de radiofrequência conforme a norma ISO/IEC 61000, comprovada através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido por órgão credenciado pelo INMETRO ou por instituição equivalente.

3.1.2.4 O equipamento, quando ligado e em pleno funcionamento, deve produzir nível de ruído em conformidade com as normas ISO 9296 e ISO 7779 ou ABNT NBR 0152. O requisito deve ser comprovado através de certificado de conformidade emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO para o equipamento ofertado.

3.1.2.6. Certificação emitida por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, que ateste, conforme instrução Normativa INMETRO nº 170/2012, a adequação em segurança para o usuário e instalações, compatibilidade eletromagnética e consumo de energia.

Cláusulas alteradas

Onde se lia:

3.1.1.9. Permitir gerenciamento remoto via web e SNMP

3.1.2.5. Apresentar certificação emitida por instituição credenciada pelo INMETRO que comprove que nenhum dos equipamentos contém substâncias perigosas como mercúrio

(Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), para efeito de avaliação das amostras e aceitação do produto. A comprovação deste requisito também pode ser feita pela apresentação de certificação EPEAT, desde que esta apresente-explicitamente a informação de conformidade RoHs.

Lê-se:

3.1.1.9. Desejável conter a funcionalidade de gerenciamento remoto via web e SNMP

3.1.2.5. Apresentar certificação emitida por instituição credenciada pelo INMETRO que comprove que nenhum dos equipamentos contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), para efeito de avaliação das amostras e aceitação do produto. A comprovação deste requisito também pode ser feita pela apresentação de certificação EPEAT ou equivalente, desde que esta apresente-a informação de conformidade com a diretiva RoHS.

Atenciosamente,

**Sandra Mara Kovalski dos Santos
Pregoeira**

ORIENTAÇÃO

Senhores Licitantes/Fornecedores,
Considerando a dificuldade observada na localização dos certames com o advento da Nova Lei de Licitações e Contratos, segue orientação:

- 1) **Buscar o caminho: Serviços do Fornecedor > Dispensa/ Licitação Eletrônica (Novo)**
- 2) **Será aberta a seguinte tela:**

A imagem mostra a interface web do Compras.gov.br. No topo, há o logotipo e o nome 'Compras.gov.br'. Abaixo, há uma barra de navegação com links como 'Minhas participações' e 'Todas as compras'. A seção principal é intitulada 'Compras eletrônicas'. Abaixo disso, há uma caixa de busca com o título 'Parâmetros de pesquisa'. Nesta caixa, há campos para 'Situação' (com opções 'Em andamento' e 'Finalizadas'), 'Etapa' (com opções 'Abertas para participação', 'Em disputa' e 'Em seleção de fornecedores'), 'Modalidade' (com uma lista suspensa 'Todas as modalidades'), 'Critério de julgamento' (com uma lista suspensa 'Todos os critérios de julgamento'), 'Unidade compradora' (um campo de texto) e 'Número da compra' (um campo de texto com o exemplo 'Ex: 000001'). Há também uma opção 'Preferências ME/EPP' e um botão 'Pesquisar'.

- 3) **Informe a unidade compradora: 070019 e o número da compra, seja ela dispensa ou licitação.**

Lembramos que, caso ainda tenha dificuldade, deverá entrar em contato com o telefone de suporte do Compras.Gov: 0800.978.9001.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

LICITAÇÃO N.º 46/2023
Pregão Eletrônico – Registro de Preços
Protocolo n.º 5773/2023 (PAD)

ABERTURA DA LICITAÇÃO
DIA 01/12/2023 às 16:00 HORAS

1. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (UASG 070019), por meio dos Pregoeiros designados pela Portaria nº 388/2023, da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço do item**, que será regido pela Lei nº 14.133/21, pelo Decreto 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, de acordo com o presente edital e anexos.

1.1. No dia **01 (primeiro) de dezembro de 2023, às 16:00 horas**, horário de Brasília – DF, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Compras.gov.br* - <https://www.gov.br/compras>).

1.2. Integram-se a este edital, independente de transcrição, o **Termo de Referência - Anexo I, as Especificações Técnicas Mínimas dos Bens – Anexo II, a Planilha de Atributos dos Bens – Anexo III, a minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo IV e a Minuta do Contrato – Anexo V.**

2. DO OBJETO

2.1. **Registro de Preços para aquisição de impressoras monocromáticas a laser/led multifuncionais, com garantia on site descentralizada** visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações descritas no Termo de Referência – Anexo I.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO/DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Poderão participar deste certame as empresas:

a) que estiverem devidamente credenciadas no sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil e no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores;

b) cujo objeto social expresso no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

3.1.1. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a participação fica limitada a aquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. Não poderá participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física.

3.4.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

3.4.3. Entidades empresariais reunidas em consórcio¹.

3.4.4. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.4.5. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.4.5.1. O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4.6. Aquele que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

¹ Portaria DG TRE-PR 591/2022, art. 8º.

3.4.6.1. A proibição constante do item acima se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.4.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.4.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.4.9. Pessoa física que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.4.11. Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.11.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.5. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo, poderá ser vedada por este Tribunal, quando, no caso concreto, seja identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório (art. 2º, § 4º, da Resolução nº 07, de 18/10/05, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.6. A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

3.6.1. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

3.7. A licitante deverá estar inscrita no sistema eletrônico Compras.gov.br, no site <https://www.gov.br/compras>.

3.7.1. O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de

identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.7.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.8. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.9. Ao participar de processo licitatório, o representante legal da LICITANTE, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto deste contrato, a CONTRATANTE terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.

4. ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS²

4.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **no valor unitário do item**, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

4.1.1. Até a abertura da Sessão Pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta.

4.1.2. A licitante, no momento do cadastramento da proposta, deverá obrigatoriamente fazer constar a marca do produto, bem como o modelo (referência da linha de fabricação), se houver (no campo da descrição complementar), vez que diversos fabricantes possuem mais de uma linha, com um diferencial de qualidade e especificação da matéria prima utilizada.

4.2. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O valor máximo aceitável unitário é de **R\$ 3.566,49 (três mil, quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos)**.

² A licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, sob pena de responsabilização administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

4.4.1. As propostas deverão ser apresentadas pelo valor unitário do item, sendo que aquelas selecionadas ficarão à disposição da Administração, que se valerá dos preços registrados para a contratação.

4.5. A quantidade ofertada na proposta deverá corresponder ao quantitativo total estimado de 400 (quatrocentas) unidades.

4.6. Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas³ (custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

4.8. O CNPJ cadastrado no sistema Compras.gov, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

4.8.1. Caso a licitante vencedora não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

4.9. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á ao fornecimento descrito neste edital.

4.10. As propostas terão eficácia de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do certame.

4.11. A vigência da Ata de Registro de preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.12. Em razão do descritivo do Sistema Compras.gov (também reproduzido no documento “Relação de Itens”) não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame e, ainda, devido à limitação dos códigos do SIASG, as propostas deverão atender às especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

4.13. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema que:

4.13.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas

³ Para o caso das cooperativas o valor final deverá contemplar, inclusive, a contribuição Previdenciária (conforme ADI RFB nº 1/17).

leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.13.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.13.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.13.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.13.5. Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, quando organizado em cooperativa.

4.13.6. Quando enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.13.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta melhor classificada.

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A partir do início da Sessão Pública, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

6.1.1. Os lances serão ofertados pelo valor **UNITÁRIO DO ITEM**, sendo que a desclassificação em qualquer um dos itens implicará a desclassificação da proposta para o respectivo lote.

6.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.2.1. A licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores de 1% (um por cento) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.3. Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o lance que for registrado em primeiro lugar.

6.4. No transcurso da Sessão Pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.5. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

6.6. A Pregoeira poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.7. Para o envio de lances será adotado o **modo de disputa aberto**, descrito a seguir:

6.7.1. A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da Sessão Pública.

6.7.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.7.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a Sessão Pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.7.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.7.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.9. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.9.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico usado para divulgação.

6.10. Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ensejando a desclassificação.

6.11. Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

6.12. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos neste edital;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.12.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas brasileiras;

b) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

c) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e a compatibilidade do preço em relação ao preço estipulado para a contratação.

7.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

7.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.3.1. Havendo solicitação de negociação, será encaminhada contraproposta ao fornecedor, que deverá apresentar resposta no período máximo de 30

(trinta) minutos a contar do recebimento da contraproposta

7.4. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/15.

7.4.1. Nessas condições, caso haja propostas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME, EPP ou equiparada, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

- a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, e após a comunicação automática para tanto, sob pena de preclusão.
- b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item anterior, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, se habilitada.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, EPP ou cooperativas que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.
- d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.

7.4.1.1. Na hipótese de nenhuma empresa classificada (microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada) exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 7.5 e seguintes.

7.5. A Pregoeira efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR PREÇO DO ITEM**.

7.5.1. Não será aceita proposta cujo quantitativo ofertado seja inferior a 400 (quatrocentas) unidades.

7.5.2. Para a aceitação da proposta, a licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores deverão **conter, OBRIGATORIAMENTE, apenas duas casas decimais**.

7.6. A aceitação da proposta classificada ficará vinculada à aprovação da amostra, conforme descrito no item 8 deste edital.

7.6.1. A não apresentação ou não aprovação da amostra (da licitante classificada em primeiro lugar), independentemente das sanções legais, ensejará sua desclassificação e a convocação da 2ª classificada para a mesma apresentação e assim

sucessivamente.

7.7. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço** e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.8. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

a) Não atenderem às exigências deste edital e seus anexos, desde que se trate de vício insanável;

b) Apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestamente inexequíveis.

7.8.1. Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.8.1.1. Será considerado como indício de inexequibilidade valor ofertado inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido neste edital.

7.8.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

8. DA AMOSTRA

8.1. A licitante com proposta classificada em primeiro lugar deverá apresentar amostra, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, após o encerramento da etapa de lances, **independente de notificação**. Este prazo encerra-se às 18h do último dia do prazo aqui estabelecido.

8.1.1. Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, a licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.

8.1.2. A amostra deverá ser encaminhada ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – Seção de Gestão de Equipamentos de Microinformática – situado à Rua João Parolin, 224, bairro Prado Velho – Curitiba – PR, contato pelo telefone (41) 3330 -8303.

8.1.3. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome da licitante, número do pregão, e dispor na embalagem as informações quanto às suas características, tais como marca, referência, código do produto e modelo.

8.1.4. No momento da apresentação da amostra deverá(ão) ser entregue(s):

8.1.4.1. Prospecto com as características técnicas do equipamento, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca

identifiquem e comprovem as configurações cotadas, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em sítios dos fabricantes na internet, desde que conste o respectivo endereço eletrônico. A escolha do material a ser utilizado fica a critério do proponente.

8.1.4.2. Anexos II e III devidamente preenchidos.

8.1.4.3. Todas as certificações/comprovações solicitadas no item 3.1.2 do Termo de Referência – Anexo I.

8.1.5. No dia subsequente ao último dia útil estipulado como prazo de apresentação de amostra, a partir das 14h, na sala C228, Seção de Gestão de Equipamentos de Microinformática, a mesma será analisada em sessão aberta para acompanhamento das licitantes presentes.

8.1.6. Caso a amostra do primeiro classificado não seja aprovada, será convocado o segundo classificado para encaminhar a amostra em até 5 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação e assim sucessivamente, até se obter uma amostra que atenda às características e especificações solicitadas.

8.1.7. Os produtos apresentados poderão ser abertos e submetidos aos testes necessários.

8.1.8. As amostras serão submetidas aos seguintes testes (critérios de avaliação):

8.1.8.1. Impressão/cópia/digitalização simples de no mínimo 40 páginas.

8.1.8.2. Impressão/cópia/digitalização duplex de 50 páginas.

8.1.8.3. Digitalização para pendrive e via rede em formato pdf e/ou rtf.

8.1.8.4. Gerenciamento:

- a) Identificar os equipamentos pela rede.
- b) Capturar as características de equipamentos (número de série, endereço IP, número de série de toner, etc.).
- c) Validar informações de eventos de forma automática, como nível de suprimentos, kit de manutenção ou falta de papel, por exemplo.
- d) Emitir relatórios via Web (Browser).
- e) Gerar relatórios que informem, no mínimo: marca, modelo, capacidades e estatísticas de uso do equipamento.

8.1.9. Será rejeitada a amostra que:

- a) Apresentar divergência em relação ao descritivo do Anexo I - Termo de Referência;
- b) Apresentar problemas de funcionamento durante a análise técnica.
- c) For de qualidade inferior em relação às especificações constantes da proposta.
- d) Não estiver acompanhada dos documentos comprobatórios do atendimento às características solicitadas de todos os componentes internos e externos que a integrem,

sejam prospectos, catálogos, manuais técnicos, nos moldes das informações constantes no Anexo I deste Termo de Referência.

d.1) sem os documentos mencionados na alínea “d” a análise da amostra sequer será considerada, sendo chamado o segundo colocado no certame para que apresente a amostra devidamente acompanhada do anexo corretamente preenchido.

8.1.10. A amostra analisada e aprovada ficará de posse do TRE e fará parte integrante do lote a ser entregue pelo fornecedor, desde que a aquisição do 1º lote ocorra em até 30 (trinta) dias corridos da homologação do certame. Se a aquisição não ocorrer nesses 30 (trinta) dias, ao final desse período o fornecedor deverá proceder ao recolhimento da amostra sob pena de ser incluída em processo de doação.

8.1.11. Será desclassificada a licitante que:

- a) Não apresentar a amostra do item cotado;
- b) Apresentar amostra que esteja em desacordo com as especificações e exigências descritas no Anexo I - Termo de Referência;
- c) Tiver sua amostra não aprovada no teste efetuado.

8.1.12. As amostras reprovadas deverão ser retiradas das dependências deste Tribunal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da notificação da licitante pelo TRE-PR.

8.1.13. A não retirada das amostras no prazo acima fixado acarretará a requisição do material em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil.

8.1.14. O material referido no item anterior será encaminhado para doação, a ser efetuada em conformidade com o Decreto nº 9.373, de 2018, que regulamenta o desfazimento de material no âmbito da Administração Pública Federal.

8.1.15. O equipamento a ser testado deverá possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento ofertado no edital, sendo aceitos componentes e especificações superiores.

8.1.15.1. Para todos os itens de especificação serão aceitas ofertas de qualquer componente de especificação diferente da solicitada, desde que comprovadamente igual ou superior, individualmente, quanto à qualidade, o desempenho, a operacionalidade, a ergonomia ou a facilidade no manuseio do originalmente especificado – conforme o caso, e desde que não cause, direta ou indiretamente, incompatibilidade com qualquer das demais especificações, ou desvantagem nestes mesmos atributos dos demais componentes ofertados.

8.1.16. A amostra será analisada pela Comissão Técnica designada pela SECTI com vistas a comprovar o atendimento às especificações solicitadas neste Termo de Referência, de acordo com a documentação entregue junto com a amostra. Caso alguma informação sobre uma característica solicitada não seja encontrada no material enviado pelo licitante junto com a amostra, a mesma deverá indicar onde essa informação poderá ser encontrada, dentro do prazo dado pela Pregoeira para a reabertura dos trabalhos.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Em conjunto com o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e item 3 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.1. Por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, mantido pelo CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form) em nome do sócio majoritário da empresa licitante.

9.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

9.1.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.1.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.1.3. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.1 e 4.13.6 deste edital.

9.3. A documentação de habilitação consistirá em:

9.3.1. Habilitação jurídica:

a) **Pessoa Física (desde que admitida a sua participação):** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Microempreendedor Individual - MEI (desde que admitida a sua participação):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de

documento comprobatório de seus administradores;

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

f) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

9.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.3.3. Habilitação econômico-financeira: certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme art. 69, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.4. Habilitação técnica: deverá ser apresentado atestado de capacidade técnica, em nome da licitante, emitido por entidade pública ou privada que comprove que a licitante forneceu, no mínimo, 200 (equipamentos de informática), inclusive com garantia técnica on-site (com atendimento nos locais de uso dos equipamentos).

9.3.4.1. Será permitido o somatório de atestados.

9.3.4.2. Ao TRE/PR será reservado o direito de efetuar diligências a fim de averiguar a veracidade do atestado apresentado.

9.3.5. A documentação exigida para fins de habilitação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3.5.1. A comprovação desta habilitação obtida on line pela Pregoeira, que verificará a validade dos documentos.

9.3.5.2. Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, a Pregoeira poderá consultar o documento da licitante vencedora nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

9.3.5.2.1. Caso a Pregoeira não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, a licitante será convocada a anexar, em campo próprio do Sistema Compras.gov, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que

comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação⁴.

9.3.6. Para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.3.6.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

9.3.7. No caso de sociedades cooperativas deverão ser apresentados, ainda:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764 de 1971;
- h) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;
- i) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- j) O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- k) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- l) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.4. Exigir-se-á das licitantes as declarações:

- a) De que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/21;
- b) De que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no

⁴ Conforme IN 03/2018 SICAF.

certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) De que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

d) De que cumpre as regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

e) De que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

f) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação.

9.4.1. As declarações constantes no item acima serão exigidas no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.13.

9.4.2. A licitante, cuja proposta tenha sido aceita, deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas, a partir da solicitação da Pregoeira, os documentos que não constem no SICAF e no caso de cooperativas, os documentos exigidos no item 9.3.7 incluindo-os como anexos no Sistema Compras.Gov.

9.5. Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico.

9.6. O prazo previsto no item 9.4.2 e 9.5 poderá ser prorrogado por igual período, em decorrência de solicitação do licitante, mediante justificativa aceita, ou de ofício, quando a Pregoeira constatar ser insuficiente⁵.

9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.8. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, a Pregoeira considerará a licitante inabilitada, a qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

9.9. Após a homologação correspondente, os preços serão registrados para futura utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

10. DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o Cadastro de Reserva, que se refere ao registro:

10.1.1. Das licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

⁵ Conforme Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 que regulamenta o pregão eletrônico, Art. 39, §5.

10.1.2. Das licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma de Cadastro de Reserva não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada;

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, as licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aquelas que mantiverem sua proposta original.

10.3. O chamamento das licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuado quando houver necessidade de contratação, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;

10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23;

10.3.3. Quando houver a necessidade de contratação, nos termos do item 10.3, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação das licitantes, conforme itens 7, 8 e 9 deste edital.

10.4. Na hipótese de nenhuma das licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. Convocar as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

11.2. O prazo para a assinatura estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Tribunal.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas

forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência – Anexo I, com a indicação da licitante vencedora, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, conforme disposto no item 10.

11.8. Poderá ser autorizada a utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, nos termos previstos no Decreto nº 11.462/23, bem como no Anexo IV (minuta do Ata de Registro de Preços) deste edital.

12. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1. O prazo para envio de pedidos de esclarecimentos, que deverão ser feitos por meio eletrônico (*e-mail* cpl@tre-pr.jus.br), é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da Sessão.

12.2. A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

12.4. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital, por meio eletrônico, pelo *e-mail* cpl@tre-pr.jus.br, sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão “.doc”, possibilitando a inserção no sistema Compras.gov pela Pregoeira.

13. DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa com a presente licitação correrá à conta dos elementos que serão especificados quando da solicitação dos itens.

13.2. Após a indicação da empresa vencedora pela Pregoeira e devidamente autorizada pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, procederá à emissão da NOTA DE EMPENHO, para formalizar o contrato pertinente.

13.3. O TRE-PR - SCON convocará a empresa vencedora para

assinar o Contrato, concedendo-lhe o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato, sob pena de decair o direito à contratação, independentemente das penalidades cabíveis.

14. DO PAGAMENTO

14.1. Conforme disposições constantes na minuta do contrato.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, comete infração administrativa a licitante que, com dolo ou culpa.

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial, quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) Deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com o especificado (quando houver previsão em edital).

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

15.1.5. Fraudar a licitação.

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá aplicar às licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência (aplicada às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço);
- b) Multa, aplicada no percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor da contratação;
- c) Impedimento de licitar e contratar (para infrações de maior gravidade); e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (para infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar).

15.2.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que resultarem das condutas sancionadas para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1 e 15.1.2 a licitante estará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

15.5. Para a infração prevista no item 15.1.3 licitante estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

15.6. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4 a 15.1.8 estará sujeita a multa 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1 a 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4 a 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1 a 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.9. Nos termos da Lei nº 14.133/21, fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas na minuta do Contrato (anexa a este edital).

15.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.15. As multas imputadas, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

15.16. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

15.17. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DOS RECURSOS

16.1. Das decisões proferidas pela Pregoeira, caberão recursos nos termos do artigo 165 da Lei nº 14.133/21.

16.2. A empresa licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, no momento da divulgação do vencedor desde que manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão

a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

16.2.1. Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

16.3. A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto ao vencedor.

16.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no artigo 166 da Lei nº 14.133/21.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos dos artigos 41 e 42 da IN SEGES/ME 73/21.

17.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

17.6. Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema Compras.gov, considera-se o horário das 12h às 18h.

17.7. No caso de processo administrativo e durante o seu transcurso, as notificações às empresas poderão ser efetivadas por meio eletrônico, tais como e-mail ou aplicativo *Whatsapp*, presumindo-se eficaz a sua realização com o aviso de confirmação de recebimento do documento.

17.8. Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender às qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

17.9. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

18. INFORMAÇÕES

18.1. Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital, na *home page* do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (www.tre-pr.jus.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp/pt-br).

18.2. Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidos através dos contatos abaixo:

1. Comissão de Contratação: pelos telefones (41) 3330-8604, (41) 3330-8495, (41) 3330-8741 ou e-mail cpl@tre-pr.jus.br;

2. Seção de Elaboração de Editais: pelos telefones (41) 3072-4796 / 3330-8598 / 3330-8753 ou e-mail seled@tre-pr.jus.br.

18.3. O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 18h.

Curitiba, 16 de novembro de 2023.

Sandra Mara Kovalski dos Santos
Pregoeira



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. **Registro de Preços para aquisição de 400 (quatrocentas) impressoras monocromáticas a laser/led multifuncionais para uso nos cartórios eleitorais da região metropolitana e do interior do TRE-PR, com garantia *on site* descentralizada** visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.
- 1.2. **Código SIASG:** 462842.
- 1.3. Natureza do Objeto: aquisição de bens.
- 1.4. **Prazo de Vigência da Ata de Registro De Preços:** 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável por igual período.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

- 2.1. A presente contratação tem como razão a necessidade de renovação de aproximadamente 75% (setenta e cinco por cento) do parque de impressoras em uso nos cartórios da região metropolitana e do interior do TRE/PR.
- 2.2. As impressoras multifuncionais que compõem o parque de equipamentos de impressão da região metropolitana e do interior, possuem mais de 8 (oito) anos de uso, desprovido de contrato técnico de garantia ou manutenção vigentes. Encontram-se em vias de obsolescência.
- 2.3. Atualmente o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná faz uso de equipamentos de impressão doados pelo Tribunal Superior Eleitoral e impressoras adquiridas por meio de aquisição própria, ficando a cargo da administração todos os procedimentos referentes à gestão dos contratos de garantia, suporte técnico, manutenção e aquisição de peças de reposição (quando finalizada a garantia técnica), gestão de suprimentos (aquisição e distribuição), além de todas as atividades referentes ao descarte.
- 2.4. Além das 415 (quatrocentos e quinze) impressoras monocromáticas a laser utilizadas no Interior e na Região Metropolitana, outras 134 (cento e trinta e quatro) são utilizadas na Capital, distribuídas entre os Cartórios, a Central de Atendimento ao Eleitor e a Sede. Somam-se a estas, aproximadamente 20 (vinte) impressoras são mantidas na reserva técnica completando o parque de equipamentos de impressão do TRE/PR.
- 2.5. Atualmente, cerca de 50 (cinquenta) impressoras encontram-se inoperantes em função do estado de desgaste. Das quais são reaproveitadas peças para a manutenção das demais. Cabe ressaltar que equipamentos há muito tempo fora de linha têm um alto custo para reposição de peças, além da dificuldade ou impossibilidade de aquisição de toners. Nesse sentido, os modelos SCX-5637 e M3710 serão, em breve, descartados.

- 2.6. Em 2020 (dois mil e vinte), a Coordenadoria de Infraestrutura de Tecnologia de Informação do TRE/PR iniciou um Estudo Técnico Preliminar para aquisição de impressoras sob o regime de outsourcing, contemplando, inicialmente, a sede e os 10 (dez) cartórios da capital. A expectativa era de estender, em até 3 (três) anos, tal modalidade de contratação para atender também aos Cartórios do Interior, a depender da avaliação dos serviços de impressão e digitalização prestados na Sede durante o referido período.
- 2.7. O prazo estipulado de até três anos, à época, entre a implantação na Sede e a possibilidade de implantação no Interior, considerava que este era o primeiro contrato de outsourcing a ser realizado pelo TRE/PR.
- 2.8. No entanto, com o advento da pandemia de Covid-19, foi implantado neste Tribunal, de forma abrangente, a modalidade de teletrabalho. Com a maioria dos servidores trabalhando à distância e com o atendimento aos eleitores passando a ser, essencialmente, on-line ou por telefone, a quantidade de impressões foi, consideravelmente, reduzida. Desta forma, não se justificava naquele momento gastos com equipamentos que ficariam ociosos, e os estudos que estavam em andamento foram suspensos.
- 2.9. No início de 2022 o Estudo Técnico Preliminar foi reiniciado, mas precisou novamente ser suspenso em função das atividades pré-eleitorais que demandaram muito da área de TI, por se tratar de um pleito atípico, consistindo de diversos eventos de segurança, com os quais a justiça eleitoral ainda não havia se deparado em eleições anteriores.
- 2.10. O ETP para implantação de outsourcing de impressão foi retomado no ano corrente, 2023, levando em conta o novo cenário que se apresenta no TRE/PR, com parte dos servidores aderindo de forma definitiva ao regime integral ou híbrido de teletrabalho. O processo está em fase de pesquisa de mercado.
- 2.11. Em virtude do atraso na implantação do outsourcing na Sede e com o parque de impressoras disponíveis muito antigo, não será possível manter por mais tempo, com a qualidade mínima exigida, o serviço de impressão e digitalização dos cartórios eleitorais, razão pela qual este estudo técnico será realizado com intuito de adquirir impressoras em número suficiente para renovar, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos equipamentos de impressão multifuncional dos cartórios da região metropolitana e do interior.
- 2.12. Atualmente, em regra, cada cartório possui 2 (duas) impressoras a laser multifuncionais, uma para o uso do próprio cartório e outra para a Central de Atendimento ao Eleitor. Para os cartórios dos 14 (quatorze) maiores municípios que possuem mais de uma zona eleitoral, a distribuição das impressoras, tanto para os cartórios, como para as CAEs, levam em conta a quantidade de eleitores.
- 2.13. Recentemente, as impressoras matriciais utilizadas para a impressão de formulário de títulos, deixaram de ser utilizadas em função do alto custo do formulário contínuo específico para emissão do documento. Cabe ressaltar que o formulário para título era impresso pela casa da moeda, procedimento adotado antigamente por motivo de segurança que não mais se justifica com o advento do e-título. Ademais, atualmente é permitida a apresentação de outros documentos na hora do voto. De sorte que esta mudança acarretará num aumento de impressões nas impressoras multifuncionais das Centrais de Atendimento ao Eleitor.
- 2.14. A estratégia de renovação parcial das impressoras atualmente utilizadas nos 176 (cento e setenta e seis) Cartórios Eleitorais, tem como objetivo manter em uso aproximadamente

25% (vinte e cinco por cento) das impressoras antigas, para aproveitamento dos suprimentos disponíveis, bem como para a reutilização de peças dos equipamentos que deixarão de ser utilizados.

- 2.15. Somando-se as impressoras a serem recolhidas no interior e na região metropolitana, em função da aquisição dos novos equipamentos de impressão, e as retiradas de uso na Sede, em razão da implantação do outsourcing de impressão, o estoque contará com um número significativo de impressoras multifuncionais. Referidas impressoras deverão passar por revisão e/ou conserto, utilizando-se das peças dos equipamentos não recuperáveis ou em más condições de uso, tendo em vista que os técnicos da Seção de Gestão de Equipamentos de Microinformática já detêm o conhecimento para realizar a manutenção dos modelos atualmente utilizados. Ainda que parte das impressoras recolhidas sejam descartadas, será mantida em reserva técnica uma quantidade suficiente para suprir a necessidade de rodízio das impressoras antigas, permitindo o uso dos toners em estoque.
- 2.16. Considerando a aquisição de equipamentos mais potentes, mais rápidos e com maior capacidade de impressão, as impressoras antigas serão menos exigidas e por consequência os chamados relativos a estes equipamentos tenderão a reduzir.
- 2.17. Não obstante, cabe ressaltar que o processo de aquisição será por meio de Registro de Preços e se o cenário descrito acima não representar a realidade para período compreendido de até 2 (dois) anos após a aquisição inicial, que é o prazo máximo permitido de validade do pregão, poderá ser realizada contratação complementar de até mais 100 (cem) unidades, dependendo da disponibilidade orçamentária, possibilitando a renovação integral do parque de impressoras dos referidos cartórios.
- 2.18. Outro requisito importante, deve-se ao fato de que o prazo de garantia será de 60 (sessenta) meses, adequando-se, desta forma, ao contrato de outsourcing de impressão que será efetivado na sede, o qual a princípio será de 36 (trinta e seis) meses com possibilidade de renovação por mais 24 (vinte e quatro) meses. Estabelecendo, assim, um cenário conveniente para futura revisão da estratégia de aquisição de impressoras para a região metropolitana e interior com a expertise de um ciclo completo de acompanhamento do contrato de outsourcing de impressão da sede. O referido procedimento possibilitará, paralelamente, que a demanda da sede e de todos os cartórios eleitorais do TRE-PR seja atendida, com o objetivo de melhor avaliar a viabilidade de ambos os modelos de contrato para uma possível unificação em todas unidades do TRE/PR, com aquele se mostrar mais vantajoso.
- 2.19. Diante do exposto, justifica-se a renovação do parque de equipamentos de impressão também para os Cartórios do Interior e da Região Metropolitana, de forma a prover a estas unidades recursos necessários para a realização de impressão e digitalização. A não observância desta renovação poderá resultar em um risco real de não haver equipamentos suficientes e/ou com eficiência mínima para atender a demanda com a retorno ao atendimento biométrico, que vem sendo retomado gradualmente desde março deste ano, e, mais adiante, já vislumbrando o próximo período eleitoral.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

3.1. Especificação Técnica:

3.1.1. MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A4

- 3.1.1.1. Tecnologia Laser ou Led.
- 3.1.1.2. Velocidade de impressão de no mínimo 40 (quarenta) ppm (A4/Carta).
- 3.1.1.3. Resolução de impressão de no mínimo 1200 x 600 DPI.
- 3.1.1.4. Impressão duplex (frente e verso automático).
- 3.1.1.5. Porta Ethernet de no mínimo 100/1000Mbps com interface Rj45 e porta USB 2.0 ou superior.
- 3.1.1.6. Suporte à conexão Wi-Fi Certified (802.11b/g/n), integrado ao equipamento.
- 3.1.1.7. Suporte aos protocolos TCP/IP e DHCP.
- 3.1.1.8. Sistemas Operacionais suportados: Windows 10, Windows 11 e Linux Ubuntu 18.04 LTS e superiores.
- 3.1.1.9. Desejável conter a funcionalidade de gerenciamento remoto via web e SNMP.
- 3.1.1.10. Unidade de processamento interno de 800 (oitocentos) MHz ou superior.
- 3.1.1.11. Memória instalada de 512 (quinhentos e doze) MB ou superior.
- 3.1.1.12. Suportar uso de papel normal e reciclado.
- 3.1.1.13. Possuir suporte a emulação PCL6.
- 3.1.1.14. Suportar ciclo de trabalho mensal, em formato A4, de no mínimo 50.000 (cinquenta mil) páginas.
- 3.1.1.15. Digitalização colorida duplex com alimentador automático de originais, com no mínimo 50 (cinquenta) folhas.
- 3.1.1.16. Resolução de Digitalização com no mínimo 600 x 600 dpi.
- 3.1.1.17. Recurso de digitalização e criação de arquivo de imagem para no mínimo os seguintes - formatos: PDF e JPEG.
- 3.1.1.18. Digitalizar para E-mail, USB (pendrive), Network Folder (pasta compartilhada na rede).
- 3.1.1.19. Tela de toque de no mínimo 2.7 polegadas.
- 3.1.1.20. Bandeja de entrada com capacidade de no mínimo de 250 (duzentas e cinquenta) folhas.
- 3.1.1.21. Bandeja de saída com capacidade de no mínimo 150 (cento e cinquenta) folhas.
- 3.1.1.22. Bandeja multiuso com capacidade de no mínimo 100 (cem) folhas.
- 3.1.1.23. Fonte de Alimentação AC 120V 50/60Hz.
- 3.1.1.24. Acompanhar cabo de força com, pelo menos, 80 (oitenta) cm de comprimento, no padrão NBR 14136.
- 3.1.1.25. Deverão ser fornecidos, para cada multifuncional, consumíveis (toner(s) + cilindro(s) ou conjunto(s) de impressão) em quantidade suficiente para impressão de pelo menos 28 (vinte oito) mil páginas a 5% (cinco por cento) de cobertura e estar em conformidade com a norma NBR 19752.
- 3.1.1.26. Todos os suprimentos (consumíveis), tanto os integrados originalmente ao

equipamento quanto os adicionais fornecidos para atingir as 28 (vinte e oito) mil páginas impressas, deverão ser originais do FABRICANTE do equipamento, novos e de primeiro uso.

3.1.1.27. Todos os consumíveis entregues deverão ter prazo de validade de pelo menos 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de suas entregas.

3.1.2. CERTIFICAÇÕES (deverão ser entregues no momento da apresentação da amostra, conforme item 8.1.4.3 do edital):

3.1.2.1. Possuir compatibilidade com a certificação Energy Star.

3.1.2.2. Possuir certificação de compatibilidade com a norma IEC 60950 ou norma equivalente, emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou por instituição equivalente.

3.1.2.3. Apresentar certificação emitida por instituição credenciada pelo INMETRO que comprove que nenhum dos equipamentos contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), para efeito de avaliação das amostras e aceitação do produto. A comprovação deste requisito também pode ser feita pela apresentação de certificação EPEAT ou equivalente, desde que esta apresente a informação de conformidade com a diretiva RoHS.

3.1.3. COMPATIBILIDADE COM SISTEMA DE GESTÃO E MONITORAMENTO

3.1.3.1. Quando da entrega da aquisição inicial a CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE software para gerenciamento centralizado dos equipamentos fornecidos com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

3.1.3.1.1. Permitir descoberta e administração de equipamentos pela rede.

3.1.3.1.2. Permitir captura de características de equipamentos (número de série, endereço IP, número de série de toner, etc.).

3.1.3.1.3. Permitir ser informado de eventos de forma automática, como nível de suprimentos, kit de manutenção ou falta de papel, por exemplo.

3.1.3.1.4. Possuir relatórios via Web (Browser).

3.1.3.1.5. Gerar relatórios que informem, no mínimo: marca, modelo, capacidades e estatísticas de uso do equipamento.

3.1.3.2. Se houver necessidade de licenciamento para cada impressora multifuncional a ser gerenciada, a CONTRATADA deverá fornecer a respectiva licença para cada unidade entregue.

3.2. Das obrigações da contratada:

3.2.1. É de responsabilidade da Contratada o perfeito fornecimento do objeto, devendo ser novos, de primeira qualidade e estar de acordo com as condições do Termo de Referência, obedecendo à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor.

3.2.2. Deverá ser fornecida documentação completa e atualizada (manuais, termos de garantia, etc.), no idioma Português.

- 3.2.3. Será permitida a oferta de equipamentos comprovadamente similares, pelo mesmo preço, no caso de indisponibilidade do originalmente proposto, ficando à critério da contratante o aceite ou não do equipamento ofertado.
- 3.2.4. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que eventualmente lhe sejam aplicadas, por meio de procedimentos administrativos, decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais.
- 3.2.5. Substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido no item 7.6 deste Termo de Referência, pela fiscalização do contrato, os produtos recusados na fase de seus recebimentos.
- 3.2.6. Refazer ou corrigir, quando for o caso e às suas expensas, a parcela dos serviços que não obedeça aos respectivos projetos, especificações, normas ou Ordens de Serviços.
- 3.3. **Das demais obrigações da contratada:**
- 3.3.1. Em todos os casos de entrega e retirada de produtos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE-PR.
- 3.3.2. A contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços, ora contratados.
- 3.3.3. A contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. **Sustentabilidade:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos o seguinte requisito:
- 4.1.1. É responsabilidade da contratada obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final resultante de consumíveis dos equipamentos por ela fornecidos, durante o período da garantia técnica. Dentre as normas da legislação obrigatória a ser seguida, destacam-se; o Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, a IN/SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de resíduos Sólidos) e os preceitos de preservação ambiental.
- 4.2. **Da exigência de amostra:** A licitante com proposta classificada em primeiro lugar deverá apresentar amostra no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, após o encerramento da etapa de lances, independente de notificação, conforme item 8 do edital.
- 4.3. **Subcontratação:** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.4. **Participação de Pessoa Física:** não será admitida a participação de pessoa física, tendo em vista a capacidade financeira e de execução que a contratação exige, levando em consideração o quantitativo, a garantia técnica de 60 meses e, principalmente, o atendimento *on site* descentralizado.
- 4.5. **Participação de Consórcio:** não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. **Condições de entrega:** o prazo de entrega dos bens é de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, estando incluso no valor contratado quaisquer despesas com frete e demais impostos inerentes à contratação.
- 5.1.1. Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados, arranhões e/ou outros problemas físicos.
- 5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar por escrito as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.1.3. O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo, quando for o caso, deverá ser encaminhado à fiscalização da CONTRATANTE, que poderá, de modo justificado, acolher ou não o pedido;
- 5.1.4. Todos os equipamentos entregues devem ser de uma única marca e modelo (da mesma marca e modelo ofertados na licitação, ou superior);
- 5.1.5. A contratada deverá apresentar os equipamentos acondicionados conforme padrão do fabricante. A embalagem deve garantir a proteção do equipamento durante o transporte e estocagem, bem como conter a identificação do produto e demais informações que facilitem a verificação e manuseio dos mesmos;
- 5.1.6. Deverá ser fornecida documentação completa e atualizada (manuais, termos de garantia, etc.), no idioma Português, e em quantidade necessária à instalação e à operação dos equipamentos;
- 5.2. **Do local de entrega:** Os equipamentos deverão ser entregues no depósito da Seção de Gestão de Equipamento de Microinformática do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, localizado em Curitiba, na Rua João Parolin, 55, bairro Prado Velho, em horário agendado pelo fone (41) 3330-8303;
- 5.2.1. A entrega deverá ser feita com anuência da referida Seção, em dias úteis – segunda a sexta-feira – no horário compreendido entre as 12 e as 19 horas, podendo também ocorrer, caso o TRE julgue necessário, em sábados, domingos e feriados;
- 5.2.2. Não serão aceitas entregas de equipamentos no período de recesso deste TRE, ou seja, entre 19 de dezembro e 7 de janeiro;
- 5.2.3. O recebimento provisório será realizado pela Seção de Gestão de Equipamentos de Microinformática.
- 5.3. **Garantia, manutenção e assistência técnica:** A garantia “on site” descentralizada de funcionamento será pelo período de 60 (sessenta) meses contados a partir do recebimento definitivo do componente, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante. O licitante, caso aplicável, deverá descrever em sua proposta os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante;
- 5.3.1. **PRAZO DE GARANTIA PARA OS SUPRIMENTOS DE TONER:** Os suprimentos de toner deverão possuir garantia mínima de 06 (seis) meses contados da data efetiva de entrega do produto.
- 5.3.2. A garantia deve incluir todo e qualquer defeito decorrente de projeto, fabricação, construção, montagem, acondicionamento, transporte ou desgaste prematuro, com a

substituição de peças, componentes, ajustes, reparos e correções necessárias, às expensas da contratada;

- 5.3.3. O fornecedor não poderá, em hipótese alguma, negar-se a registrar chamadas relacionadas ao equipamento adquirido, ainda que se conclua, ao final, que a solução do incidente não seja de responsabilidade do fornecedor/fabricante;
- 5.3.4. O prazo máximo para o primeiro atendimento dos chamados é de **2 (dois) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado**;
- 5.3.5. O prazo máximo para a solução do problema é de **5 (cinco) dias úteis contados a partir da abertura do chamado**, mesmo incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos;
- 5.3.6. Em caso de substituição de peças e/ou componentes eletrônicos ou mecânicos, as peças substitutas deverão ser originais do fabricante e ter especificações iguais ou superiores às substituídas;
- 5.3.7. As peças e componentes trocados deverão ser novos – não utilizados ou reconicionados;
- 5.3.8. O primeiro atendimento dos chamados técnicos deverá ser presencial e feito nas dependências dos Cartórios Eleitorais situados na região metropolitana e no interior do Estado do Paraná (on site com atendimento descentralizado), abaixo relacionados, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 12h às 18h, por profissionais especializados;

Zona	Município	Endereço	CEP	Telefone
5	PARANAGUÁ	RUA ODILON MADER, 994 - FORUM ELEITORAL	83206080	4134224804
6	ANTONINA	RUA BENTO CEGO, 177 - FÓRUM ELEITORAL	83370000	4134324167
7	CERRO AZUL	RUA EXPEDICIONARIO PEDRO PAULIN S/NR	83570000	4136621465
8	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	RUA ANGELO ZEN, 53 - FORUM ELEITORAL	83005620	4132834523
9	CAMPO LARGO	AV. FRANCISCO XAVIER DE ALMEIDA GARRET, 1345 - FORUM ELEITORAL	83601230	4132921391
10	LAPA	AV. JOÃO JOSLIN DO VALE, 1250	83750000	4136224321
11	RIO NEGRO	RUA XV DE NOVEMBRO 1445 - FÓRUM ELEITORAL	83880000	4736424122
12	SÃO MATEUS DO SUL	RUA DOM PEDRO II, 785	83900000	4235321056
13	PALMEIRA	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, S/N - FÓRUM ELEITORAL	84130000	4232523199
14	PONTA GROSSA	RUA SAINT HILAIRE, 187 - FORUM ELEITORAL - VILA OFICINAS	84035350	4232221898
15	PONTA GROSSA	RUA SAINT HILAIRE, 187 - FORUM ELEITORAL	84035350	4232246183

16	CASTRO	RUA RAIMUNDO FEIJÓ GAIÃO, S/N	84172560	4232337631
17	TIBAGI	RODOVIA PR 340, S/N, FÓRUM ELEITORAL, AO LADO DA ESCOLA AROLDO	84300000	4232751187
18	JAGUARIAÍVA	RUA HELARINA LUIZA DE MATOS, S/N	84200000	4335351404
19	TOMAZINA	RUA CONS. AVELINO A. VIEIRA, 556 - FORUM DES ERNANI ALMEIDA DE ABREU	84935000	4335631109
20	WENCESLAU BRAZ	ESTRADA MUNICIPAL, 340	84950000	4335282281
21	SIQUEIRA CAMPOS	RUA RIO GRANDE DO NORTE, S/N - FÓRUM ELEITORAL	84940000	4335711946
22	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	RUA RUI BARBOSA, 212 - FORUM ELEITORAL	86430000	4335344238
23	RIBEIRÃO CLARO	RUA ROMUALDO CHIAROTTI, 430 - FORUM	86410000	4335361659
24	JACAREZINHO	AV. WANDA QUINTANILHA, 252	86400000	4335271244
25	CAMBARÁ	RUA JOAQUIM RODRIGUES FERREIRA, 1157	86390000	4335323152
26	CORNÉLIO PROCÓPIO	RUA DOS EXPEDICIONARIOS, 753 - FORUM ELEITORAL	86300000	4335243732
27	PIRAÍ DO SUL	RUA MINERVINA DE FREITAS, S/N - FÓRUM ELEITORAL	84240000	4232372368
28	APUCARANA	RUA URÂNIO, 880 - FORUM ELEITORAL	86800450	4334232940
29	IMBITUVA	RUA SANTO ANTONIO, 875	84430000	4234361103
30	PRUDENTÓPOLIS	RUA OSÓRIO GUIMARÃES, 620 - FORUM ELEITORAL	84400000	4234461983
31	CAMPO MOURÃO	AV. JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA, 2004 - FÓRUM ELEITORAL	87300020	4435232024
32	PALMAS	RUA CAPITÃO PAULO DE ARAÚJO, 657, ESQUINA COM RUA AVELINO MAZALOTTI	85555000	4632631427
33	UNIÃO DA VITÓRIA	RUA PRUDENTE DE MORAIS, 118	84600125	4235224921
34	IRATI	RUA JOÃO STOKLOS, N.200	84500000	4234221939
35	ASSAÍ	RUA DEPUTADO FRANCISCO ESCORSIN, 226	86220000	4332623133
36	IPIRANGA	RUA AGENOR CHAVES FERREIRA, 405- EDIFÍCIO DO FÓRUM ELEITORAL	84450000	4232421279
37	MALLET	RUA OLAVO BILAC, 1432	84570000	4235421141
38	PITANGA	RUA DUQUE DE CAXIAS 590, FÓRUM ELEITORAL - CENTRO	85200000	4236463177

39	RESERVA	RUA ERNESTINA CASTRO LANHOSO, S/N	84320000	4232761540
40	SERTANÓPOLIS	RUA MINAS GERAIS, 802	86170000	4332322403
41	LONDRINA	RUA GOV. PARIGOT DE SOUZA, 231 - FORUM ELEITORAL	86015650	4333421562
42	LONDRINA	RUA GOV. PARIGOT DE SOUZA, 231- FORUM ELEITORAL	86015650	4333430622
43	GUARAPUAVA	RUA BRIGADEIRO ROCHA, 1046 - FORUM ELEITORAL	85012260	4236237534
44	GUARAPUAVA	RUA BRIGADEIRO ROCHA, 1046 - FORUM ELEITORAL	85015590	4236238781
45	LARANJEIRAS DO SUL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 3010, CENTRO - LARANJEIRAS DO SUL/PR	85303130	4236352750
46	FOZ DO IGUAÇU	AV. COSTA E SILVA, 1599 - FORUM ELEITORAL	85863000	4535223142
47	CLEVELÂNDIA	RUA MAJOR DIOGO RIBEIRO, 375	85530000	4632521711
48	BOCAIÚVA DO SUL	RUA LUIZ CARLOS GUIMARÃES POLLI, 21 - FORUM ELEITORAL	83450000	4136581237
49	COLOMBO	RUA PADRE FRANCISCO CAMARGO, 759 - FORUM ELEITORAL	83414010	4136561992
50	ARAUCÁRIA	RUA FRANCISCO DRANKA, 1079	83703115	4136421018
51	MORRETES	PROLONGAMENTO DA RUA XV DE NOVEMBRO, S/N	83350000	4134621793
52	SÃO JOÃO DO TRIUNFO	RUA VEREADOR PEDRO VAGNER, 05	84150000	4234471369
53	TEIXEIRA SOARES	RUA JOÃO NEGRÃO JUNIOR, 380	84530000	4234601145
54	SENGÉS	RUA JOSE DOMINGOS BRANCO, 820	84220000	4335671369
55	JOAQUIM TÁVORA	RUA 21 DE SETEMBRO, SN - FÓRUM ELEITORAL	86455000	4335591649
56	CARLÓPOLIS	RUA JOSÉ SALLES, 210 - FÓRUM ELEITORAL	86420000	4335661622
57	ANDIRÁ	RUA ALAGOAS, 80	86380000	4335383198
58	BANDEIRANTES	RUA ELÍSIO MANOEL DOS SANTOS, 437	86360000	4335424027
59	ROLÂNDIA	RUA ERNESTO CAMPANER, 335	86605196	4332551416
60	MANDAGUARI	AV. MARCOS DIAS, 297 - FORUM ELEITORAL	86975000	4432331123
61	ARAPONGAS	RUA TICO TICO, 1001	86707020	4332752008

62	REBOUÇAS	RUA ADOLFO STADLER, 551	84550000	4234571450
63	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	RUA PAULO NADER, 287	86270000	4332671451
64	JAGUAPITÃ	RUA ALMERINDA RODRIGUES DOS SANTOS S/N ESQUINA COM A RUA MARANHÃO	86610000	4332721762
65	PORECATU	RUA HORÁCIO PAGANO, 71 - FÓRUM ELEITORAL	86160000	4336232244
66	MARINGÁ	AV. GASTÃO VIDIGAL, 605 - FORUM ELEITORAL	87050440	4432264212
67	ASTORGA	RUA BATISTA BORÁZIO, 31 - FÓRUM ELEITORAL	86730000	4432343172
68	CASCAVEL	RUA INDIRA GANDHI, 551 - ALTO ALEGRE - FORUM ELEITORAL	85805310	4532266822
69	FRANCISCO BELTRÃO	RUA TENENTE CAMARGO, 2500 - FORUM ELEITORAL	85601610	4635242284
70	JANDAIA DO SUL	RUA JOSÉ MIGUEL LOPES VILLAR, 330	86900000	4334323751
71	NOVA ESPERANÇA	RUA PROFESSORA ADELINA PROCOPIAK, 268 - FÓRUM ELEITORAL	87600000	4432521877
72	PARANAVAÍ	AV. DEP. HEITOR ALENCAR FURTADO, 3.300 - FÓRUM ELEITORAL	87711000	4434231669
73	PATO BRANCO	RUA PARANÁ, N 1565	85501025	4632253900
74	PEABIRU	RUA JULIO CARNEIRO CAMARGO, 331	87250000	4435311629
75	TOLEDO	RUA MIRALDO PEDRO ZIBETTI, 185 - FORUM ELEITORAL	85903160	4532525628
76	MARILÂNDIA DO SUL	RUA XV DE NOVEMBRO, 492 - FÓRUM ELEITORAL	86825000	4334281162
77	BELA VISTA DO PARAÍSO	FÓRUM ELEITORAL - RUA JULIO FAVARO, N. 60	86130000	4332421723
78	CAMBÉ	AV. ESPERANÇA, N 450 - PARQUE RESIDENCIAL CAMBÉ	86191010	4332545665
79	IBAITI	RUA RUI BARBOSA, 359 - CENTRO	84900000	4335462322
80	IBIPORÃ	RUA ALBERTO SPIACCI, N. 270	86200000	4332585598
81	MARIALVA	AV. TIO RIBAS, 1050	86990000	4432321938
82	RIBEIRÃO DO PINHAL	RUA SYNÉSIO ANDRADE BORGES, 565	86490000	4335511545

83	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	AV. BRASIL - 625 - FÓRUM ELEITORAL	85710000	4635631849
84	URAI	AV. PARANÁ ESQUINA COM RUA PROF CECÍLIA ASSUMPÇÃO AVELAR	86280000	4335411524
85	LOANDA	RUA RIO GRANDE DO SUL, S/N - FÓRUM ELEITORAL	87900000	4434251714
86	CRUZEIRO DO OESTE	AV. BRASIL, 4220 - PRAÇA AGENOR BORTOLON	87400000	4436762662
87	ALTO PARANÁ	RUA PASTEUR 973	87750000	4434471674
88	CIANORTE	AVENIDA GOIÁS, 51	87200149	4436294117
89	UMUARAMA	RUA DES. ANTONIO F. F. DA COSTA, 3585 - FORUM ELEITORAL	87501200	4436231540
90	GUAÍRA	RUA COMANDANTE MORAES REGO, N.700	85980000	4436422662
91	PARANACITY	RUA MÁRIO XAVIER DE SOUZA, 1248	87660000	4434631718
92	GOIOERÊ	AVENIDA GUIMARÃES ROSA, S/N - FÓRUM ELEITORAL	87360000	4435222142
93	IVAIPORÃ	AVENIDA ITÁLIA, N. 10 - FÓRUM ELEITORAL	86870000	4334724844
94	SANTA ISABEL DO IVAÍ	RUA PRINCESA ISABEL, ESQ. RUA CAMPOS SALES - FÓRUM ELEITORAL	87910000	4434531701
95	COLORADO	AVENIDA BRASIL, SN (AO LADO DA RODOVIÁRIA)	86690000	4433232540
96	NOVA LONDRINA	AV. ITIO KONDO, 1054	87970000	4434322274
97	IPORÃ	RUA CRISTÓVÃO COLOMBO, N 740 - FÓRUM ELEITORAL	87560000	4436521535
98	UBIRATÃ	RUA SANTOS DUMONT N. 740	85440000	4435432474
99	CONGONHINHAS	AV. SÃO PAULO, 332 - FÓRUM	86320000	4335541291
100	PARAÍSO DO NORTE	RUA PROJETADA SN, AOS FUNDOS DO FÓRUM ESTADUAL	87780000	4434311295
101	CORONEL VIVIDA	AVENIDA GENEROSO MARQUES, S/N - FORUM ELEITORAL	85550000	4632322225
102	MANDAGUAÇU	RUA XANGAI, N. 198	87160000	4432451835
103	CHOPINZINHO	RUA ANTONIO DE QUADROS, 4243	85560000	4632421620
104	PRIMEIRO DE MAIO	RUA ONZE, 1090 - FORUM	86140000	4332351511

105	TERRA RICA	AVENIDA LUIZ GUALTIERRE, 615	87890000	4434411186
106	CÂNDIDO DE ABREU	RUA JOSÉ ADAMOWICZ, S/N, CENTRO - FORUM ELEITORAL	84470000	4334761255
107	CAPANEMA	RUA PADRE CIRILO, 1.199 - FÓRUM ELEITORAL	85760000	4635521806
108	NOVA FÁTIMA	R PROF WENCESLAU AUGUSTO ROSS, S/N	86310000	4335521538
109	SANTA MARIANA	RODOVIA ANTONIO DA SILVA MACHADO, SN - FORUM ELEITORAL	86350000	4335311750
110	FAXINAL	RUA BENEDITO CIRILO, 220, FÓRUM ELEITORAL	86840000	4334611982
111	TELÊMACO BORBA	AV. NOSSA SRA DE FATIMA, EM FTE N 353 - FORUM ELEITORAL	84261500	4232723150
112	GUARANIAÇU	AV. MANOEL RIBAS, S/N - FORUM ELEITORAL	85400000	4532321795
113	ASSIS CHATEAUBRIAND	AV. CÍVICA, 416	85935000	4435284161
114	MEDIANEIRA	RUA ESPÍRITO SANTO, 2161 - FÓRUM ELEITORAL	85884000	4532644386
115	DOIS VIZINHOS	AV. DEDI BARRICHELO MONTAGNER, 880 - FÓRUM ELEITORAL	85660000	4635362505
116	ENGENHEIRO BELTRÃO	AV. BRASIL, S/N - FÓRUM ELEITORAL DES. IVAN CAMPOS BORTOLETO	87270000	4435371501
117	XAMBRÊ	AV. ROQUE GONZALES, 215 - FÓRUM ESTADUAL	87535000	4436321388
118	MATELÂNDIA	AV. CRISTOVÃO COLOMBO, 817	85887000	4532621885
119	CURIÚVA	AVENIDA ANTÔNIO CUNHA S/N	84280000	4335451411
120	FORMOSA DO OESTE	RUA JOÃO GASK CABRERA	85830000	4435261504
121	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	RUA RIO GRANDE DO NORTE, 530	85960000	4532842031
122	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	RUA NEREU RAMOS, 400	85877000	4535651069
123	ALTÔNIA	RUA MANOEL RIBAS 1251	87550000	4436591727
124	PALOTINA	RUA JUSCELINO KUBITSCHKE, 1768	85950000	4436495717
125	TERRA ROXA	RUA SÃO PAULO, 300	85990000	4436451818
126	CORBÉLIA	AV. MINAS GERAIS, N 98	85420000	4532422161

127	CIDADE GAÚCHA	ALAMEDA SANTA MARIA, 46 - FORUM ELEITORAL	87820000	4436751832
128	ALTO PIQUIRI	AVENIDA CURITIBA, N. 451 - FORUM ELEITORAL JAIR FAXINA	87580000	4436561509
129	SANTA HELENA	FÓRUM ELEITORAL GOYÁ CAMPOS - RUA ÂNGELO CATTANI, S/N	85892000	4532681789
130	REALEZA	RUA PEDRO AMÉRICO, 3545 - FORUM ELEITORAL DR. HERALDO VIDAL CORREIA	85770000	4635431155
131	BARRAÇÃO	RUA LÍRIO JOÃO BARZOTTO, 647	85700000	4936441687
132	SÃO JOÃO DO IVAÍ	RUA LAURO LOPES DIAS N 1020 - FÓRUM ELEITORAL	86930000	4334771766
133	BARBOSA FERRAZ	RUA JOSÉ TRIGO, 363	86960000	4432751424
134	PALMITAL	RUA INTERVENTOR MANOEL RIBAS, PRÓXIMO AO FÓRUM ESTADUAL	85270000	4236571329
135	PÉROLA	AV. DONA PÉROLA BYINGTON, N 1850 - FORUM ELEITORAL JOSE MARCOS DE MOURA	87540000	4436361893
136	GRANDES RIOS	RUA AMAZONAS 1000	86845000	4334741441
137	MARINGÁ	AV. GASTÃO VIDIGAL, 605 - PROX AO ANTIGO AEROPORTO	87050440	4432261708
139	PONTA GROSSA	RUA SAINT HILAIRE, 187 - FORUM ELEITORAL	84035350	4232249654
140	MARMELEIRO	RUA IGNACIO FELIPE, 10 - FORUM ELEITORAL	85615000	4635251572
141	IRETAMA	AV. SAO PAULO, 691- FORUM ELEITORAL	87280000	4435731316
142	UMUARAMA	RUA DES. ANTONIO F. F. DA COSTA - 3585 - FORUM ELEITORAL	87501200	4436233563
143	CASCADEL	RUA INDIRA GANDHI, 551, FÓRUM ELEITORAL	85805310	4532268571
144	FAZENDA RIO GRANDE	RUA ITÁLIA, N. 319 (ESQUINA COM RUA MACEDÔNIA)	83823020	4136272626
146	LONDRINA	RUA GOVERNADOR PARIGOT DE SOUZA, 231- FÓRUM ELEITORAL	86015650	4333422502
147	FOZ DO IGUAÇU	AV. COSTA E SILVA, 1599 - FÓRUM ELEITORAL	85863000	4535223064
148	TOLEDO	RUA MIRALDO PEDRO ZIBETTI, 185 - FORUM ELEITORAL	85903160	4532523236
149	CIANORTE	PRAÇA CENTRO CÍVICO, N. 51	87200127	4436292119
150	SANTA FÉ	RUA AMÁBIL BELANDA BATISTA, 589	86770000	4432472688

151	SÃO JOÃO	RUA JOSE SCHOLTZ NÚMERO 201, ESQUINA COM OSÓRIO ALVES	85570000	4635332862
153	UNIÃO DA VITÓRIA	RUA PRUDENTE DE MORAIS, 118	84600000	4235224162
154	MARINGÁ	AV. DR. GASTÃO VIDIGAL, 605 - FORUM ELEITORAL	87050440	4432263051
155	PIRAQUARA	AV. GETULIO VARGAS, 1360 - FORUM ELEITORAL	83301010	4136732431
156	RIO BRANCO DO SUL	RUA BORGES DE MEDEIROS, S/N	83540000	4136521083
157	LONDRINA	RUA GOV. PARIGOT DE SOUZA, 231 - FORUM ELEITORAL	86015650	4333422431
159	CENTENÁRIO DO SUL	PRAÇA RUI BARBOSA, N. 08 - FÓRUM ELEITORAL	86630000	4336751324
160	PINHÃO	RUA EXPEDICIONÁRIO AMARILIO, S/N	85170000	4236771518
161	GUARATUBA	RUA TIAGO PEDROSO, S/N	83280000	4134421096
162	SALTO DO LONTRA	RUA DONA ROZA OENNING, S/N, SALTO DO LONTRA/PR	85670000	4635381574
163	QUEDAS DO IGUAÇU	RUA DAS OLIVEIRAS, 912	85460000	4635321762
164	ARAPOTI	RUA PLACÍDIO LEITE, N 84 - FÓRUM ELEITORAL	84990000	4335572152
165	CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES	AV. TANCREDO NEVES, 574 - FORUM	85790000	4532861418
166	CATANDUVAS	RUA 25 DE JULHO, S/N - FÓRUM ELEITORAL	85470000	4532341413
167	ORTIGUEIRA	RUA VIENA, S/N - FÓRUM ELEITORAL	84350000	4232771133
168	MANGUEIRINHA	RUA DOM PEDRO II, N. 1000	85540000	4632431406
169	CAMPINA DA LAGOA	RUA ALFREDO BENTO, N 160	87345000	4435421734
170	MAMBORÊ	RUA ITACIL MARTINS, 405	87340000	4435681676
171	ALMIRANTE TAMANDARÉ	RUA LOURENÇO ÂNGELO BUZATO, 752	83501000	4136991153
172	ICARAÍMA	AV. GENERCY DELFINO COELHO, 62 - FÓRUM ELEITORAL	87530000	4436651414
173	TERRA BOA	RUA OURUPU, 145 - FORUM ELEITORAL	87240000	4436412166
182	CAMPO LARGO	RUA FRANCISCO XAVIER DE ALMEIDA GARRET, 1345 - FORUM ELEITORAL	83601230	4132922721

183	CAMPO MOURÃO	AV. JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA, 2004 - FORUM ELEITORAL	87300020	4435235360
186	COLOMBO	RUA PADRE FRANCISCO CAMARGO, 759 - FORUM ELEITORAL	83414010	4136563532
188	PINHAIS	RUA ÁFRICA, N 254	83323320	4136671009
192	MARINGÁ	AV. DR. GASTÃO VIDIGAL, 605	87050440	4432265088
194	MATINHOS	RUA ANTONINA, S/N - ESQUINA COM R. WALDIR MÜLLER	83260000	4134532976
195	CAMPINA GRANDE DO SUL	RUA VER. DR. PEDRO DE BORTOLI, 260, FÓRUM ELEITORAL	83430000	4136761011
196	MANOEL RIBAS	AV. SERGIPE, 625 - FÓRUM ELEITORAL	85260000	4334352278
199	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	RUA ANGELO ZEN, 53 (PRÓX. SHOPPING SÃO JOSÉ)	83005620	4132834469
203	CANTAGALO	RUA JOÃO MILTON FAGUNDES S/N	85160000	4236361646
206	SARANDI	RUA FRANCISCO DE ALMEIDA S/N	87111650	4432641003

- 5.3.8.1. Quando não for possível a solução do problema no local, sendo necessária a remoção do equipamento, o conserto deverá ser efetivado nas dependências do laboratório da contratada, ficando a mesma responsável pelo traslado dos equipamentos e sua devolução em perfeitas condições de uso;
- 5.3.9. A Contratada deverá manter, durante os 60 (sessenta) meses de vigência da garantia, e às suas expensas, central de atendimento para abertura de chamados técnicos pelo menos no horário das nove às dezoito horas, de segunda a sexta-feira. A central deverá ser acionada preferencialmente por e-mail. Será aceita também a disponibilização de canal para abertura de chamados técnicos por meio de serviço web da contratada;
- 5.3.10. Na abertura do chamado técnico, deverá ser fornecido um número de registro único para cada chamado;
- 5.3.11. Considerar-se-á como recebida a solicitação de abertura do chamado técnico após o envio do e-mail (levando em consideração a data e hora do envio do e-mail) ou da abertura da ocorrência/ordem de serviço no serviço web da contratada (este último deve gerar um protocolo de atendimento com as informações de número da ordem de serviço, descrição do pedido de suporte e data e hora da abertura do chamado técnico);
- 5.3.11.1. Os chamados abertos após as 18:00, terão seus prazos contabilizados a partir do próximo dia útil.
- 5.3.11.2. Após realizada a abertura do chamado técnico, a contratada deverá, *necessariamente*, entrar em contato telefônico com o cartório eleitoral detentor do bem objeto da demanda. Para tanto, a contratada deverá utilizar os dados contidos na tabela mencionada na cláusula 5.3.8. O prazo da contratada para realizar este

procedimento está incluído no prazo que a empresa dispõe para realizar o primeiro atendimento (item 5.3.4).

- 5.3.12. A contratada deverá entregar, obrigatoriamente, para o fiscal da contratação ao final de todo atendimento realizado um laudo contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- a) Data e hora da abertura do chamado;
 - b) Número de registro do chamado;
 - c) Número do patrimônio TRE-PR do equipamento envolvido;
 - d) Número de série do equipamento envolvido;
 - e) Data e hora da chegada do técnico no local de atendimento para o primeiro atendimento;
 - f) Data e hora da resolução do problema, se aplicável;
 - g) Procedimentos realizados;
 - h) No caso de substituição de peças, a descrição do componente substituído.
- 5.3.12.1. A contratada deverá encaminhar para o gestor da garantia técnica, através do e-mail sgem@tre-pr.jus.br, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a realização dos atendimentos, uma cópia do laudo deixado com o fiscal da contratação ao final de cada visita técnica.
- 5.3.13. A Contratada deverá encaminhar mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, relatório de todos os chamados técnicos, atendidos ou não, realizados em sua central de atendimento no mês anterior. O relatório deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
- a) Data e hora da abertura dos chamados;
 - b) Número de registro dos chamados;
 - c) Número do patrimônio TRE-PR dos equipamentos envolvidos;
 - d) Número de série dos equipamentos envolvidos;
 - e) Data e hora da chegada do técnico nos locais de atendimento;
 - f) Data e hora das resoluções dos problemas, quando aplicável;
 - g) No caso de substituição de peças, a descrição dos componentes substituídos.
- 5.3.14. Caso constatado, durante a vigência do contrato, repetidos defeitos em um mesmo componente dentro do lote dos equipamentos adquiridos, principalmente na placa lógica, placa de rede, painel ou fonte de alimentação, relacionados à pré-existência de algum vício de conhecimento superveniente à data de sua aquisição, a Contratada será, a critério da Contratante, obrigada a trocar o componente de todos os equipamentos fornecidos;
- 5.3.14.1. Entende-se como *repetidos defeitos em um mesmo componente* uma porcentagem superior a 10% do total de equipamentos adquiridos.
- 5.3.15. A contratada deverá, durante a vigência do contrato, prestar todas as informações solicitadas pelos gestores, esclarecendo dúvidas, inclusive, dando todo o suporte necessário no que tange a levantamentos e estudos referentes ao objeto da contratação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- 5.3.16. A instituição poderá promover, a qualquer tempo, diligência para checar a veracidade das informações e ainda solicitar amostra do equipamento para confrontação do detalhamento das especificações técnicas do Termo de Referência;
- 5.3.17. Constatada alguma irregularidade, a qualquer tempo, a contratada deverá saná-la no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

- 5.3.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados para tal fim, ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 6.5.1. Identificada qualquer inexatidão, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.6. O fiscal/gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.8. Além do disposto acima, a gestão/fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.8.1. Caberá ao gestor da contratação:
- a) receber e atestar a nota fiscal, encaminhando a fatura pertinente ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE para pagamento;
 - b) acompanhar o fornecimento de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;
 - c) comunicar à contratada via e-mail, carta ou ofício, defeitos, irregularidades ou problemas encontrados durante a execução do objeto, fixando prazos para solucioná-los e corrigi-los;

- d) se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Gestão Administrativa, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constante em formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo, para fins de aplicação de sanções.

6.8.2. Caberá ao gestor da garantia técnica:

- a) acompanhar a vigência da garantia técnica dos equipamentos, de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;
- b) no que tange a garantia técnica, comunicar à contratada via e-mail, carta ou ofício, a ocorrência de descumprimento contratual e a intenção de abertura de Processo Administrativo;
- c) criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo ao Gestor da Contratação, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constantes em formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo, para fins de aplicação de sanções.

6.8.3. Caberá aos fiscais setoriais do contrato:

- a) acompanhar a execução do contrato encaminhando por escrito, ao gestor da garantia técnica, todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, inclusive pequenas falhas ou insatisfações;
- b) ao constatar defeito em um dos equipamentos objeto deste contrato, providenciar a abertura de chamado no sistema de Gestão de Serviços de TI (atualmente o Cherwell) ou via Central de Serviços de TI, relatando de forma sucinta o problema encontrado;
 - i. além da descrição objetiva do defeito constatado o chamado deve conter, obrigatoriamente, o número do patrimônio do equipamento e o seu respectivo número de série;
- c) incluir, no chamado em andamento no sistema de Gestão de Serviços de TI (Cherwell - conforme alínea b), cópia do laudo de atendimento, conforme item 5.3.11, fornecido pela contratada imediatamente após a sua visita técnica, sob pena de responsabilização administrativa;

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

- 7.1. **Do recebimento provisório:** os bens serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de entrega, no depósito da Seção de Gestão de Equipamentos de Microinformática;
- 7.2. Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados, arranhões e/ou outros problemas físicos;
- 7.3. **Do recebimento definitivo:** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do último recebimento provisório, pelo setor demandante;
- 7.4. **Dos bens rejeitados:** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
 - 7.4.1. A não retirada dos bens rejeitados no prazo acima fixado acarretará a requisição do material em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133.

- 7.4.2. O material referido no item anterior será encaminhado para doação, a ser efetuada em conformidade com o Decreto nº 9.373, de 2018, que regulamenta o desfazimento de material no âmbito da Administração Pública Federal.
- 7.5. O equipamento que, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, apresentar irregularidades ou estiver em desacordo com aquele aprovado durante a análise da amostra deverá ser substituído no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do comunicado enviado pelo TRE-PR;
- 7.6. Recebido o objeto, mas constatado qualquer defeito/irregularidade, a Contratada deverá providenciar a substituição no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do comunicado do TRE/PR, sem quaisquer ônus.
- 7.7. **Forma de pagamento:** o pagamento será processado em parcela única após o recebimento definitivo;
- 7.7.1. A contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o e-mail: sgem@tre-pr.jus.br

8. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 8.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.
- 8.2. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.
- 8.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Gestão de Equipamentos de Microinformática - SGEM, com o servidor Davi Marta da Silva, através do telefone (041) 3330-8303 no horário compreendido entre as 12 e as 19 horas ou pelo e-mail sgem@tre-pr.jus.br;

ANEXO II – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA DE BENS

O bem entregue ao TRE-PR para análise da amostra, deverá vir acompanhado deste anexo, corretamente preenchido pelo fornecedor, conforme indicado abaixo.

Id	Características Técnicas Mínimas Exigidas	Documentação apresentada (preenchimento obrigatório)	Página (preenchimento obrigatório)	Atendimento do Item (preenchimento pela equipe técnica TRE)
	REQUISITOS DA IMPRESSORA			
	Tecnologia Laser ou Led			
	Velocidade de impressão de no mínimo 40 ppm (A4/Carta)			
	Resolução de impressão de no mínimo 1200 x 600 DPI			
	Impressão duplex (frente e verso automático)			
	Porta Ethernet de no mínimo 100/1000Mbps com interface RJ45 e porta USB 2.0 ou superior			
	Suporte à conexão Wi-Fi Certified (802.11b/g/n), integrado ao equipamento			
	Suporte aos protocolos TCP/IP e DHCP			
	Sistemas Operacionais suportados: Windows 10, Windows 11, e Linux Ubuntu 18.04 LTS e superiores			

	Desejável conter a funcionalidade de gerenciamento remoto via web e SNMP			
	Unidade de processamento interno de 800 (oitocentos) MHz ou superior			
	Memória instalada de 512 (quinhentos e doze) MB ou superior			
	Suportar uso de papel normal e reciclado			
	Possuir suporte a emulação PCL6			
	Suportar ciclo de trabalho mensal, em formato A4, de no mínimo 50.000 (cinquenta mil) páginas			
	Digitalização colorida duplex com alimentador automático de originais, com no mínimo 50 folhas			
	Resolução de Digitalização com no mínimo 600 x 600 dpi			
	Recurso de digitalização e criação de arquivo de imagem para no mínimo os seguintes - formatos: PDF e JPEG.			
	Digitalizar para E-mail, USB, Network Folder (pasta compartilhada na rede)			
	Tela de toque de no mínimo 2.7 polegadas			
	Bandeja de entrada com capacidade de no mínimo 250			

	(duzentas e cinquenta) folhas			
	Bandeja de saída com capacidade de no mínimo 150 (cento e cinquenta) folhas			
	Bandeja multiuso com capacidade de no mínimo 100 (cem) folhas			
	Fonte de Alimentação AC 120V 50/60Hz			
	Acompanhar cabo de força com, pelo menos, 80 cm de comprimento, no padrão NBR 14136.			
	SUPRIMENTO			
	Deverão ser fornecidos, para cada multifuncional, consumíveis (toner(s) + cilindro(s) ou conjunto(s) de impressão) em quantidade suficiente para impressão de pelo menos 28.000 (vinte e oito mil) páginas a 5% (cinco por cento) de cobertura e estar em conformidade com a norma NBR 19752			
	Todos os suprimentos (consumíveis), tanto os integrados originalmente ao equipamento quanto os adicionais fornecidos para atingir as 28.000 (vinte e oito mil) páginas impressas, deverão ser originais do FABRICANTE do			

	equipamento, novos e de primeiro uso			
	Todos os consumíveis entregues deverão ter prazo de validade de pelo menos 24 meses a partir da data de suas entregas			
	CERTIFICAÇÕES			
	Possuir compatibilidade com a certificação Energy Star			
	Possuir certificação de compatibilidade com a norma IEC 60950 ou norma equivalente, emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou por instituição equivalente			
	Apresentar certificação emitida por instituição credenciada pelo INMETRO que comprove que nenhum dos equipamentos contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), para efeito de avaliação das amostras e aceitação do produto. A comprovação deste requisito também pode ser feita pela apresentação de certificação			

	EPEAT ou equivalente, desde que esta presente a informação de conformidade com a diretiva RoHS			
	COMPATIBILIDADE COM SISTEMA DE GESTÃO E MONITORAMENTO			
	Quando da entrega da aquisição inicial a CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE software para gerenciamento centralizado dos equipamentos fornecidos com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:			
	<ul style="list-style-type: none"> i. Permitir descoberta e administração de equipamentos pela rede; ii. Permitir captura de características de equipamentos (número de série, endereço IP, número de série de toner, etc.); iii. Permitir ser informado de eventos de forma automática, como nível de suprimentos, kit de manutenção ou falta de papel, por exemplo; iv. Possuir relatórios via Web (Browser); v. Gerar relatórios que informem, no mínimo: marca, modelo, capacidades e estatísticas de uso do equipamento; 			

	Se houver necessidade de licenciamento para cada impressora multifuncional a ser gerenciada, a CONTRATADA deverá fornecer a respectiva licença para cada unidade entregue.			
Id	Características de Garantia Opcional	Documentação apresentada (preenchimento obrigatório se fornecida)	Página (preenchimento obrigatório se fornecida)	Atendimento do Item (preenchimento pela equipe técnica TRE)
	REQUISITOS DA GARANTIA			
	O licitante, caso aplicável, deverá descrever em sua proposta os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante.			

ANEXO III – PLANILHA DE ATRIBUTOS DOS BENS – IMPRESSORA

Este anexo deverá ser fornecido no momento da entrega da amostra, corretamente preenchido pelo fornecedor, conforme indicado abaixo.

Impressora	
Fabricante	
Fornecedor	
Marca	
Modelo	
Número de série	
Número de patrimônio	
Fonte de alimentação (110/220/bivolt)	
Período de garantia	
Tamanho da tela (polegadas)	
Capacidade da bandeja principal	
Capacidade da bandeja manual	
Capacidade da bandeja de saída	
Capacidade do alimentador automático de originais	
Capacidade da memória instalada	
Velocidade do processador interno	
Suporte de cores de digitalização (Milhões)	
Capacidade da unidade de armazenamento	
Cor predominante	
Peso (kg)	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2023

O Tribunal Eleitoral do Paraná – Órgão Gerenciador, situado na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Daniele Cristine Forneck Franzini, nos termos da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 46/2023 (PAD 5773/2023), **RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo fornecedor abaixo:**

Empresa:
CNPJ:
Nome do representante legal:
Endereço completo:
CEP:
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:

1. DO OBJETO, ITENS REGISTRADOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de 400 (quatrocentas) impressoras monocromáticas a laser/led multifuncionais para uso nos cartórios eleitorais da região metropolitana e do interior do TRE-PR, com garantia *on site* descentralizada visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme o edital, as especificações e condições do Termo de Referência (Anexo I do edital) e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

1.2. Os quantitativos e itens registrados constam no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Marca	Quantidade	PREÇO UNITÁRIO (R\$)

1.2.1 A especificação completa do item encontra-se no Termo de Referência (anexo I) do Edital.

1.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

1.5. Da contratação dos itens registrados:

1.5.1. Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

1.5.2 Quando e se houver necessidade da contratação, o TRE-PR notificará o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto, mediante o envio da nota de empenho e, se for o caso, convocação para posterior assinatura do contrato.

1.5.3 Das obrigações do fornecedor:

1.5.3.1 Fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados.

1.5.3.2. Observar e cumprir todas as condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I do edital).

1.5.3.3 Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.

1.5.3.4. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

2. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

2.1. Constituem obrigações do órgão gerenciador, dentre outras previstas no art. 7º do Decreto 11.462/23:

- Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- Remanejar os quantitativos da Ata, observando o disposto no item 9;
- Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados, conforme disposto no item 6;
- Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;
- Deliberar quanto à adesão posterior de órgão e entidades não participantes, conforme

disposto no item 3;

- f) Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no item 3.3, nos termos do item 3.3.1.

2.2. Constituem obrigações do órgão participante, dentre outras previstas no art. 8º do Decreto 11.462/23:

- a) Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive quanto a eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- b) Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
- c) Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais;
- d) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao TRE-PR e registrá-las no SICAF; e
- e) Prestar as informações solicitadas pelo TRE-PR quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade.

3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES (ADESÃO)

3.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador.

3.2.1. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná somente autorizará a adesão após a aceitação do fornecedor.

3.3. Após a autorização do TRE-PR, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da Ata.

3.3.1. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante, aceita pelo TRE-PR, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

3.4. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

3.5. Dos limites para as adesões:

3.5.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

3.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS DELA DECORRENTES

4.1 Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2 O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.2.2 Os contratos decorrentes do sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/21.

5. DO CONTROLE E GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O controle e o gerenciamento desta Ata de Registro de Preços será realizado pelos gestores da contratação, formalmente designados, por meio de ferramenta própria disponibilizada pelo Governo Federal (Gestão de Atas), no que se refere a:

- a) Quantitativos e saldos;
- b) Solicitações de adesão;
- c) Remanejamento de quantidades.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Da alteração ou atualização dos preços registrados: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de reajustamento dos preços registrados, nos termos do item 6.3.

6.2. Da negociação dos preços registrados:

6.2.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE-PR convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.2.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

6.2.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato

superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.2.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2.2 e no item 6.2.2.1, o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.2.6. O órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

6.3 Do reajuste:

6.3.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21/06/2023.

6.3.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante e exclusivamente para o saldo remanescente da Ata de Registro de Preços, do índice ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação).

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Do cancelamento do registro do fornecedor: o registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços bem como do edital e seus anexos;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou

IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.1.5. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.1.6. A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.1.7. No caso de o fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

7.2. Do cancelamento dos preços registrados: o cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023

7.2.1. A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos bens/prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

8. DO CADASTRO DE RESERVA

8.1. O Cadastro de Reserva é formado pelas licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação, e pelas licitantes que mantiverem sua proposta original.

8.1.1. A listagem dos fornecedores que compõem o Cadastro de Reserva referente ao presente Registro de Preços consta anexa a esta Ata.

8.2. Poderá haver o chamamento dos fornecedores registrados no Cadastro de Reserva nas seguintes situações:

- a) Quando a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;
- b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

9. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo TRE-PR, nos termos do art. 30, § 1º do Decreto nº 11.462/23.

9.2. O TRE-PR poderá realizar o remanejamento para órgão ou entidade não participante, observados os limites previstos no item 3 desta Ata.

9.3. Competirá ao TRE-PR autorizar o remanejamento solicitado.

9.4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

10. DO FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

10.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam a presente, em formato digital¹, para um só efeito legal.

Curitiba, ____ de _____ de 2023.

(Assinatura Representante legal)

Nome do Representante Legal:.....

Cargo:

Daniele Cristine Forneck Franzini
Diretora-Geral do TRE-PR

¹ Art. 19 § 2º do Decreto nº 11.462/2023.



CONTRATO Nº/2023.

PAD nº 5773/2023

**ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO E
GARANTIA que entre si fazem o
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO PARANÁ e a empresa**

.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021 e legislações pertinentes, Pregão Eletrônico nº./20...., sob a forma de Registro de Preços, e a proposta vencedora, protocolada neste Tribunal sob o nº. /20..... (PAD principal), regularmente autorizada pelo ordenador de despesas, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no **CNPJ** sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Daniele Cristine Forneck Franzini, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no **CNPJ** sob nº
....., com sede em Cidade/UF, na Rua, nº., bairro
....., CEP:, telefone: (...), e-mail:,
neste ato representada por, doravante denominada
CONTRATADA; têm entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto o fornecimento e a garantia de
.....**impressoras monocromáticas**, marca....., modelo.....,

para atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas neste Contrato.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições do edital de Licitação, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

1.3 - De acordo com o art. 6º da Lei nº 14.133/2021, inciso X, esta contratação será realizada por preço certo de unidades determinadas.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 - Dos quantitativos: *(Adequar conforme o item contratado)*

Item	Descrição	Marca	Modelo	Quantidade
1				

2.2 - Dos Requisitos Técnicos Mínimos: Os requisitos técnicos mínimos constam do ANEXO I - Termo de Referência.

2.3 - Do local da prestação da garantia: ON-SITE, descentralizada, em cada local do interior do estado do Paraná, onde estiver alocada a respectiva impressora.

2.4 - Do recebimento do objeto pelo TRE/PR:

2.4.1 - Do recebimento provisório: os bens serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de entrega, no depósito da Seção de Gestão de Equipamentos de Microinformática - sede do TRE/PR - Curitiba- Paraná;

2.4.2 - Do recebimento definitivo: Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do último recebimento provisório, pelo setor demandante.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE, DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

3.1 - As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, estão discriminadas no Termo de Referência.

3.2 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

3.3 - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

3.4 - Incumbe ao CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, edital e demais anexos,

bem como deste instrumento contratual;

II - Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro;

III - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

IV - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE ENTREGA E GARANTIA

4.1 – Vigência: o presente contrato vigorará pelo período de **62 (sessenta e dois) meses**, a partir da data da assinatura, podendo ser rescindido antecipadamente nos termos previstos na lei nº 14.133/2021.

4.2 - Prazo de entrega: o prazo de entrega dos bens é de no máximo **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir da assinatura deste contrato.

4.3 – Garantia: A garantia “on site” descentralizada de funcionamento será pelo período de **60 (sessenta) meses** contados a partir do recebimento definitivo do componente, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

4.3.1 - Os suprimentos de toner deverão possuir garantia mínima de **06 (seis) meses** contados da data efetiva de entrega do produto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho;
Nota de Empenho:, emitida em / /;
Elemento de despesa:;
Categoria Econômica:

CLÁUSULA SEXTA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 - A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, nos termos previstos no Anexo I - Termo de Referência.

6.2 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

6.2.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1 - O valor total a ser pago à CONTRATADA, pelo fornecimento do objeto deste contrato será de **R\$.....** (.....), conforme a seguir especificado:

(Adequar conforme o item/quant a ser contratado)

Item	Descrição	Código siasg	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1					

7.1.1 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

7.2 – Do documento fiscal:

7.2.1 – O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail: sgem@tre-pr.jus.br, em formato PDF .

7.2.1.1 – O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

7.2.1.2 - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais,
- Número do contrato
- Banco
- Agência
- Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA)

7.3 – Das condições do pagamento:

7.3.1 - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

7.3.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

7.3.2.1 – Prazo para atestado da Nota fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

7.3.2.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.3.2.2 – Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

7.3.3 – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.4 – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.1.2.

7.3.4.1 – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.3.5 – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

7.3.6 - DA CORREÇÃO MONETÁRIA: Na ocorrência de eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.4 – Da regularidade fiscal:

7.4.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.4.1.1 – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.4.1.1.1 – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

7.4.2 – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.4.2.1 – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE

8.1 - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de contrato de fornecimento e garantia.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor o acompanhamento dos serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência.

9.2 - Quanto ao recebimento do objeto, o fiscal obedecerá aos prazos e condições especificados no Termo de Referência.

9.3 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade no fornecimento, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

9.3.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

9.4 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário e estipulando prazo para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.5 - Persistindo a irregularidade, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria Administrativa- SECAD, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, constante de formulário específico, anexando-se cópia dos e-mails ou ofícios enviados à CONTRATADA pelo fiscal da contratação, referentes aos inadimplementos, com os respectivos comprovantes de

recebimento pela empresa;

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

10.2 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3 - Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas cometidas, as seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA: Quando a contratada der causa à inexecução parcial, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave, não puníveis com multa.

a.1) São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:

	Relação de descumprimentos
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Falta de retorno às comunicações do TRE;
3	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas no presente instrumento;
4	Não emitir a nota fiscal dentro do prazo;
5	Encaminhar nota fiscal com falta de documento.

MULTAS: Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos, observando-se os seguintes parâmetros:

b.1) Multas compensatórias:

Graduação da sanção	Relação de descumprimentos	Dosimetria e base de incidência
MÉDIA	Multa compensatória pelo não cumprimento de outras obrigações previstas.	5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.
GRAVE	Multa compensatória pelo inadimplemento parcial.	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
GRAVÍSSIMA	Multa compensatória pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega do objeto contratado, bem como pela cessação da execução contratual.	20% (vinte por cento), sobre o valor total do objeto.

b.2) A contratada, ao descumprir os prazos previstos para realizar atendimentos, solucionar chamados, entregar o objeto, substituir os componentes defeituosos, entregar relatórios, prestar garantia e fornecer as informações solicitadas estará sujeita às seguintes sanções:

Relação de descumprimentos	Graduação da sanção	Dosimetria e base de incidência
Deixar de cumprir os prazos previstos para atendimento, conforme previsto nos itens 5.3.4 e 5.3.5 do termo de referência, por ocorrência	02 (dois) dias úteis de atraso.	Advertência.
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso.	Multa de 0,05% sobre o valor contratual por dia de atraso.
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso.	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega dos equipamentos, conforme item 5.1 do termo de referência	02 (dois) dias úteis de atraso.	Advertência.
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso.	Multa de 0,5% sobre o valor da parcela não cumprida por dia de atraso.

	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso.	Declaração de inadimplemento total do contrato - 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
Deixar de cumprir o prazo previsto para substituir equipamentos rejeitados, defeituosos ou irregulares conforme previsto nos itens 5.3.17, 7.4, 7.5 e 7.6 do termo de referência, por ocorrência	02 (dois) dias úteis de atraso.	Advertência.
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso.	Multa de 0,1% sobre o valor contratual por dia de atraso.
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso.	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
Deixar de prestar as informações solicitadas pelos gestores do contrato, conforme previsto no item 5.3.15 do termo de referência.	02 (dois) dias úteis de atraso.	Advertência.
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso.	Multa de 0,03% sobre o valor contratual por dia de atraso.
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso.	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
Deixar de entregar os laudos de atendimentos e os relatórios, conforme previsto nos itens 5.3.12, 5.3.12.1 e 5.3.13 do termo de referência, por ocorrência	02 (dois) dias úteis de atraso.	Advertência.
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso.	Multa de 0,02% sobre o valor contratual por dia de atraso.
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso.	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

10.3.1- Será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: impedimento pelo período de até 1 (um) ano;
- b)** inexecução total do contrato. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;
- c)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade:

impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;

11.3.2 - Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

a) apresentar documentação ou declaração falsa. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

b) praticar ato fraudulento. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos.

f) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

g) inexecução total do contrato. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

h) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos.

10.3.3 - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

10.4 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.5 - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

10.6 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores - SICAF.

10.7 - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 - art. 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.8 - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

10.8.1 - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União.

10.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

10.10 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo

necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.11 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.12 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1 - Ficarão o presente contrato extinto a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 – Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no art. 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 7.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital¹, para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2023

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Danieli Cristine Forneck Franzini
Diretora-Geral – TRE/PR
P/ CONTRATANTE

¹ Excepcionalmente, poderá ser aceito outro formato.

Termo de Referência - ANEXO - I